

O Congresso em questão

NÃO É DE surpreender que o comportamento, o desempenho e as responsabilidades do Congresso se encontrem agora no centro das discussões, pois afinal a abertura política produziu entre outros grandes efeitos o de resgatar essa instituição democrática da zona de sombra em que o autoritarismo a colocou. Ganhando um novo peso e passando a exercer uma nova influência no curso dos acontecimentos, o Poder Legislativo submete-se a uma avaliação crítica mais vigilante e severa, inclusive porque o seu potencial de desacertos também se acentua.

HÁ POCOS dias o Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara, pediu o apoio oposicionista na tentativa de recuperação da imagem do Congresso, abalada pelo episódio da fraude na votação do projeto de regulamentação das eleições municipais. Em seguida, o jurista Afonso Arinos, Presidente da comissão do anteprojeto da futura Constituição, se declarou decepcionado com a atuação do Congresso, o qual a seu juízo não vem agindo politicamente nem funcionando como órgão de poder, deixando-se ao contrário envolver pela confusão reinante no quadro partidário. A crítica do constitucionalista provocou reações imediatas, começando pela do Líder do PMDB na Câmara, Deputado Pimenta da Veiga, para quem a instituição apenas "está passando por uma reacomodação natural diante do impacto da profunda mudança em seu papel, que foi desvirtuado pela Velha República".

ACELEUMA em torno de situações tópicas no Congresso tem extrapolado inclusive para a tendência de estabelecer-se uma relação estreita entre a imagem do Legislativo junto à opinião pública e a estabilidade do Governo.

A esse respeito, há notícia de uma especial preocupação do próprio Presidente José Sarney.

EM PRINCÍPIO, toda instituição é maior do que as parcelas excepcionais dos seus erros e desvios internos. Reconheçamos, entretanto, que na experiência republicana brasileira as instituições democráticas costumam pagar muito caro por falhas minoritárias, ao ponto de com isso fornecerem pretexto para ataques letais do autoritarismo.

TORNA-SE extremamente importante, por conseguinte, que o Congresso procure da maneira mais atenta possível o cristal da sua idoneidade e os valores da sua eficiência. Não basta, quanto a isso, mudar por exemplo o sistema de votações no plenário da Câmara ou substituir por outra a prova de fraude a aparelhagem eletrônica sucedânea da votação nominal. Acha-se em jogo um tipo de mudança que precisa atingir a mentalidade, a consciência, o senso de responsabilidade pública dos congressistas: dos congressistas como um todo, queremos dizer, e não somente de certas parcelas do conjunto.

AS CRÍTICAS de Afonso Arinos merecem a devida reflexão. Não erra todavia o Líder Pimenta da Veiga quando se defende com o "choque da acomodação". Se existe a crise do crescimento econômico, existe também a crise do crescimento do poder. A expansão do poder legislativo e parlamentar gera forças centrífugas que neste momento abalam até as estruturas de liderança, antes tão bem plantadas no terreno cercado pelas restrições do Executivo. As antigas demarcações partidárias acompanham a fluidez do processo político nesta fase de redefinição geral.

O CONGRESSO de hoje não se exime de certas culpas, algumas graves, mas certamente não lhe cabe a culpa ativa pelos desastres que compõem a atual crise brasileira. O Poder Executivo assegurou para si o monopólio do saldo negativo dos últimos 21 anos, em cujo inventário iremos encontrar a inflação de 230 por cento, a dívida externa de 100 bilhões de dólares, a dívida interna de 105 trilhões de cruzeiros, a constelação de escândalos administrativos, a recessão etc. Nem por isso o Congresso adquire imunidades para seguir no mesmo caminho, sobretudo porque constitui parte fundamental da transição, das mudanças, da Nova República.

DESVIOS de comportamento para lamentar ocorrerão em qualquer tempo. O que não pode acontecer é o desvio de comportamento impor decisões, como no caso da votação viciada do projeto das eleições municipais. Isso é irreparável.

POR OUTRO lado, confrontos entre as posições do Congresso e do Governo, assim como Governos sem maioria parlamentar, são coisas que acontecem na rotina das democracias. Antinatural só será um Congresso em oposição a si mesmo, quando se deixa agredir inerme, pela falta de decoro de alguns dos seus representantes.

O ESTADO de confusão da denúncia de Afonso Arinos é compreensível, mas a curto prazo. Toleremos, por enquanto, o clima de alvoroço no âmbito do Poder Legislativo. Tal cenário entretanto não pode durar, pois sem lideranças respeitadas e nítidas identificações internas o Congresso cairia no domínio da descaracterização e do fatal enfraquecimento.